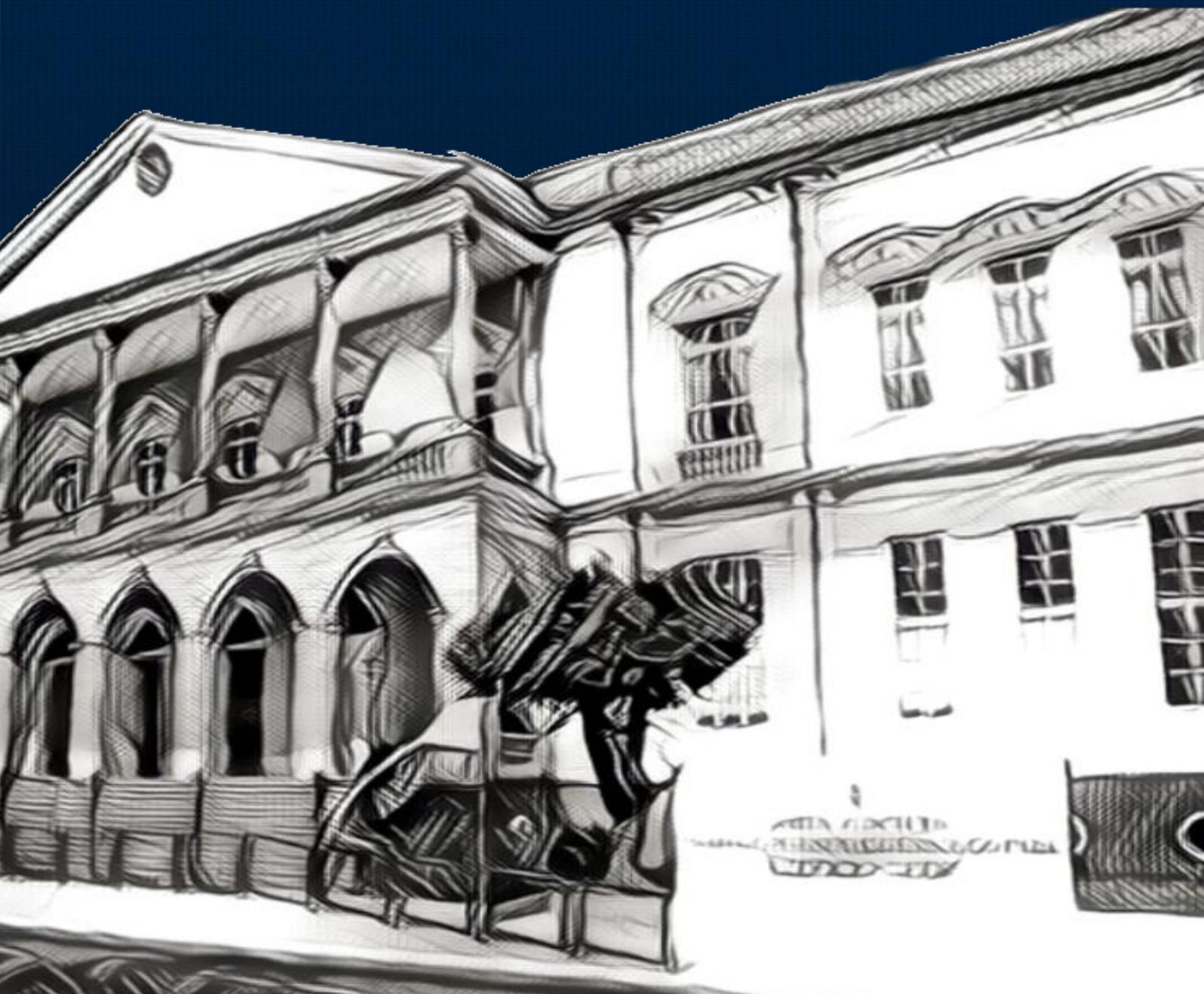


TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC)





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC)

– SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO –

2025 - 2027

PRESIDENTE DO TJPA

DESEMBARGADOR ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

VICE-PRESIDENTE DO TJPA

DESEMBARGADOR LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

DESEMBARGADOR CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA

DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

SECRETÁRIO DE TIC

DIEGO BAPTISTA LEITÃO

SECRETÁRIO ADJUNTO DE TIC

BRUNO RODRIGUES CARDOSO

COORDENADOR DE APLICAÇÕES

ÁLVARO ROGERS CARDOSO ALVÃO

COORDENADORA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

ALINE SANTOS DE OLIVEIRA

COORDENADORA DE GOVERNANÇA

LUCIANA MACHADO SILVEIRA MELLO

COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

ARILSON GALDINO DA SILVA

ASSESSORES DE INFORMÁTICA

ANDREY DIEGO DA SILVA ALBUQUERQUE

MARCIO GOES DO NASCIMENTO

MAURICIO DE FREITAS BRAGA

MIGUEL JOSE DE ALMEIDA PERNAMBUCO

PAULA NANCY LIMA DIOCESANO GUERREIRO

WELLEN DE PAULA MONTEIRO AMADOR

CHEFES DE DIVISÃO / SERVIÇO

ALEXANDER RICHARD VINSON

BRUNO VIEIRA DOS SANTOS

CARLOS DIEGO POJO DE BRITO

DANIEL FONTES PEREIRA

DENISON LEANDRO SERRAO SOARES

FÁBIO VENICIUS FERREIRA DOS REIS

IGOR PINTO SIMÕES

JOSÉ DE ANDRADE GOYANA JUNIOR

MARCUS SERGIO FERREIRA NEVES

MARILIA PAULOS TELES

MURILO DE MELO SILVA

PAULO ROBERTO LOURINHO DOS SANTOS

RAMON SANTOS DO NASCIMENTO

JORGE ANDRÉ SILVA ABDON

WANDERSON BENEDITO SOUZA DA COSTA

COMISSÃO DE INFORMÁTICA
(PORTARIA Nº 1570/2025-GP)

DESEMBARGADOR ALEX PINHEIRO CENTENO
J. EDMAR SILVA PEREIRA
Jª. KÁTIA PARENTE SENA
ARILSON GALDINO DA SILVA
BRUNO RODRIGUES CARDOSO
DIEGO BAPTISTA LEITÃO
PAULA NANCY LIMA DIOCESANO GUERREIRO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
(PORTARIA Nº 1093/2025-GP)

DESEMBARGADOR ALEX PINHEIRO CENTENO
Jª. PATRÍCIA DE OLIVEIRA SÁ MOREIRA
ARILSON GALDINO DA SILVA
DIEGO BAPTISTA LEITÃO
MIGUEL LUCIVALDO ALVES SANTOS
MAURÍCIO CRISPINO GOMES
HELLEN GEYSA DA SILVA MIRANDA BRANCALHÃO
TIAGO SILVA GUIMARÃES
PAULO VICTOR RAMOS CORRÊA
CEL. QOPM MARLON SILVA NASCIMENTO
FÁBIO DJAN OLIVEIRA DE LIMA
WILL MONTENEGRO TEIXEIRA

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC
(PORTARIA Nº 3477/2025-GP)

JOÃO VALÉRIO DE MOURA JUNIOR
DIEGO BAPTISTA LEITÃO
MIGUEL LUCIVALDO ALVES SANTOS
MAURÍCIO CRISPINO GOMES
TIAGO SILVA GUIMARÃES
LUCIANA SÁ FERNANDES
LUCIANA MACHADO SILVEIRA MELLO
PAULA NANCY LIMA DIOCESANO GUERREIRO
JEAN KARLO QUINTELA DE SOUZA
CARLOS ALBERTO MAGALHÃES BREMGARTNER
LORENA RAMOS DO VALE

COMITÊ DE GESTÃO DE TIC
(PORTARIAS Nº 2309/2025 E 2900/2025-GP)

ARILSON GALDINO DA SILVA
ALINE SANTOS DE OLIVEIRA
ÁLVARO ROGERS CARDOSO ALVÃO
BRUNO RODRIGUES CARDOSO
DIEGO BAPTISTA LEITÃO
LUCIANA MACHADO SILVEIRA MELLO
PAULA NANCY LIMA DIOCESANO GUERREIRO

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDTIC

DIEGO BAPTISTA LEITÃO
BRUNO RODRIGUES CARDOSO
ALINE SANTOS DE OLIVEIRA
ÁLVARO ROGERS CARDOSO ALVÃO
ARILSON GALDINO DA SILVA
LUCIANA MACHADO SILVEIRA MELLO
PAULO ROBERTO LOURINHO DOS SANTOS
CLEBER ROBERTO PAES DA ROCHA
FABIO ROBERTO ALBUQUERQUE AZEVEDO



FICHA DE CONTROLE DE VERSÃO E PUBLICIDADE DE DOCUMENTOS

Identificação do Documento			
Título:	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	Sigla:	PDTIC
Tipo do documento:	() Norma () Política (X) Plano () Protocolo		
Elaborado por:	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		
Publicidade			
Classificação:	() Público (X) Institucional () Departamental () Restrito () Controlado		
Forma de Publicação:			
Documentos Relacionados:	Plano de Gestão – TJPA Plano de Contratações Plano de Capacitações	ID:	

Versão	Data	Autoria	Descrição da Alteração	Aprovado Por
1.0	13/08/2025	Cleber Rocha, Fábio Azevedo, Luciana Mello, Diego Leitão, Bruno Cardoso, Álvaro Alvão, Arilson Galdino, Aline Oliveira	Versão atualizada do Plano Diretor para o novo biênio de gestão.	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	8
2.	INTRODUÇÃO.....	9
2.1	TERMOS E ABREVIACÕES	10
3.	CICLO DE VIDA DO PDTIC.....	10
3.1	VISÃO GERAL.....	10
3.2	PAPEIS ENVOLVIDOS NO CICLO DE VIDA	10
3.3	PROCESSO DE GESTÃO DE DEMANDAS	11
4.	METODOLOGIA APLICADA.....	12
4.1	PREPARAÇÃO	13
4.2	DIAGNÓSTICO.....	14
4.3	PLANEJAMENTO	16
5.	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	17
6.	PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	18
7.	ORGANIZAÇÃO DE TIC.....	18
7.1	ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.....	20
7.1.1.	COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA (CIT).....	21
7.1.2.	COORDENADORIA DE APLICAÇÕES (CA)	21
7.1.3.	COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO (CAU)	21
7.1.4.	COORDENADORIA DE GOVERNANÇA (CGOV)	21
7.1.5.	SECRETARIA ADJUNTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	21
7.2	ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DE TIC.....	21
7.2.1	COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	21
7.2.2	COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	22
7.2.3	COMITÊ DE GOVERNANÇA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (CGSI-PJPA).....	23
8.	RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR	24
9.	REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC.....	27
9.1	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	27

9.1.1	ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO (ENTIC-JUD).....	28
9.1.2	ESTRATRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA DO PODER JUDICIÁRIO (ENSEC-PJ)	28
9.1.3	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJPA	29
9.2	ANÁLISE SWOT DA TIC	29
9.3	ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA	29
10.	INVENTÁRIO DE NECESSIDADES	31
10.1	CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO.....	31
10.2	NECESSIDADES IDENTIFICADAS	32
11.	PLANO DE AÇÕES.....	34



1. APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o período de 2025 a 2027, um documento essencial para orientar a gestão da área de TIC do TJPA pelos próximos dois anos.

O objetivo deste plano é estabelecer um roteiro claro e preciso para as ações e investimentos em tecnologia da informação, visando aprimorar e modernizar os sistemas e processos de tecnologia a fim de proporcionar uma melhoria significativa na eficiência e efetividade do serviço prestado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

O plano foi elaborado após uma análise detalhada das necessidades e demandas do TJPA e seus usuários, em consonância com as melhores práticas e tendências do mercado. Dentre as principais metas definidas, destacam-se:

- Fortalecimento da infraestrutura de TIC, por meio de investimentos em novas tecnologias, equipamentos e capacitação de pessoal;
- Implementação de soluções digitais para aprimorar o atendimento ao público e tornar os processos internos mais eficientes e ágeis;
- Aprimoramento da segurança da informação, por meio de políticas, procedimentos e tecnologias de ponta;
- Estímulo à inovação e ao empreendedorismo em tecnologia, mediante parcerias com empresas e instituições do setor.

O PDTIC deve ser revisado ao final de cada exercício, ou quando necessário a critério do Comitê de Gestão de TIC, visando refletir os projetos priorizados pelo Comitê de Governança de TIC.

A abrangência do PDTIC contempla todas as unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Sua vigência abrange o período compreendido entre a data de sua aprovação formal até a data da aprovação do PDTIC subsequente.

O êxito deste plano depende do comprometimento e da colaboração de todos os membros da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como da adesão e participação dos demais órgãos do TJPA. Juntos, poderemos alcançar nossos objetivos e assegurar um serviço de excelência à sociedade paraense.



2. INTRODUÇÃO

O objetivo principal do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Tribunal de Justiça do Pará para o período de 2025 a 2027 é fornecer um guia estratégico para a gestão da TIC, a fim de promover a modernização, aprimoramento e inovação dos sistemas e processos de tecnologia do Tribunal.

Anteriormente a SETIC dispunha de Plano Estratégico de TIC (PETIC), cuja vigência era de seis anos, e de Plano Diretor de TIC (PDTIC), com vigência de dois anos. A elaboração do PETIC seguia a metodologia BSC e tinha foco em objetivos de longo prazo, enquanto o PDTIC focava apenas nas iniciativas tático-operacionais vinculadas a esses objetivos.

Desde o exercício de 2021, esta SETIC passou a seguir a determinação da ENTIC-JUD, disposta pelo CNJ nos artigos 41 e 42 da Resolução nº 370 de 28 de janeiro de 2021, que institui a unificação do desdobramento da estratégia em um único plano. Dessa forma, o PDTIC passa a abranger tanto o alinhamento estratégico quanto o planejamento tático-operacional.

Este plano foi elaborado com base em uma análise detalhada das necessidades e desafios enfrentados pelo TJPA, levando em consideração as melhores práticas e tendências em TIC. As metas estabelecidas neste plano visam garantir a eficiência, segurança e transparência nos serviços prestados pelo Tribunal, atendendo às demandas da sociedade paraense.

Para alcançar estes objetivos, o plano prevê investimentos em infraestrutura de TIC, capacitação de pessoal, implantação de soluções digitais, modernização dos sistemas legados, aperfeiçoamento da segurança da informação e estímulo à inovação e ao empreendedorismo em tecnologia.



2.1 TERMOS E ABREVIações

A tabela a seguir contém as descrições dos termos e abreviações utilizados no decorrer do documento:

Termo	Descrição
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.
SISP	Sistema de Administração dos recursos de Tecnologia da Informação
SWOT	Do Inglês: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. É uma forma de mapear as forças, fraquezas e oportunidades e ameaças de um negócio
GUT	Do Inglês: Gravidade, urgência, tendência. É um sistema usado quando desejamos priorizar os itens obtidos através do brainstorming e/ou multivotação
Governança de TIC	Diretrizes, estruturas, processos e controles, que buscam direcionar as ações de TIC conforme os objetivos estratégicos da organização e de forma a garantir que as necessidades das partes interessadas sejam consideradas.
CGSI-PJPA	Comitê de Governança de Segurança da Informação
CGTIC	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

3. CICLO DE VIDA DO PDTIC

3.1 VISÃO GERAL

O PDTIC é um documento que passa por uma série de transformações ao longo de sua utilização: desde o momento em que é concebido, até o momento em que se encerra. A esse conjunto de transformações é denominado Ciclo de Vida do PDTIC ou Macroprocesso de PDTIC.

O ciclo de vida se inicia com a concepção do documento, ou seja, no processo de elaboração. Após concebido, o documento deverá ser acompanhado ao longo de sua validade, realizando-se o monitoramento e a avaliação adequados, o que pode refletir em sua revisão.

3.2 PAPEIS ENVOLVIDOS NO CICLO DE VIDA

As atividades que devem ser executadas para se elaborar e acompanhar o PDTIC são realizadas por pessoas ou grupos, aqui referenciados como papéis. Os papéis descrevem os atores envolvidos nos processos, os quais têm a responsabilidade de executar alguma



atividade durante a elaboração ou o acompanhamento do PDTIC. Um papel possui um conjunto de atribuições e/ou responsabilidades sobre as atividades do processo. Ou seja, representam as funções a serem desempenhadas pelos profissionais envolvidos.

Cabe esclarecer que os papéis envolvidos no ciclo de vida do PDTIC não devem ser desempenhados exclusivamente por profissionais da área de TIC. Pelo contrário, é essencial que a elaboração e o acompanhamento do PDTIC ocorram com a participação das diversas áreas da organização – finalísticas e meio.

Na proposta deste plano, são sinalizados os três principais papéis envolvidos nos processos de elaboração e acompanhamento do PDTIC.

O primeiro deles é do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, uma estrutura fundamental de Governança de TIC, requerido pela RESOLUÇÃO Nº 370, de 28 de janeiro de 2021 (ENTIC-JUD). O Comitê deve ser formado por representantes das áreas estratégicas e da TIC e tem a prerrogativa de dirigir o alinhamento das ações e dos investimentos para o alcance dos objetivos estratégicos da organização, bem como priorizá-los, além de avaliar os resultados do desempenho da TIC.

O segundo papel é da Equipe de Elaboração do PDTIC. É ela a responsável por executar boa parte da elaboração do PDTIC, ou seja, é o grupo que realmente efetua as atividades. É a Equipe de Elaboração do PDTIC quem operacionaliza o projeto de elaboração do PDTIC.

O terceiro papel é a Equipe de Acompanhamento do PDTIC, designada pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação. Esta estrutura é responsável, precipuamente, pelo acompanhamento do plano de ações do PDTIC e reporte dos resultados ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Uma vez definidos os direcionadores, a SETIC elabora a minuta do Plano Diretor de TIC (PDTIC), no qual declara os objetivos estratégicos prioritários durante a sua vigência, que pode coincidir com o período de duração de cada gestão do Tribunal (bienal), ou menor tempo (anual). Em seguida, a minuta do PDTIC segue para avaliação, revisão e ajustes por parte do Comitê Gestor de TIC. Com a aprovação, é encaminhada para avaliação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGOVTIC), na qualidade de responsável conjunto pelo direcionamento estratégico de TIC. Após aprovada a versão final da minuta, providencia-se o encaminhamento à Presidência para aprovação e publicação formal do PDTIC.

3.3 PROCESSO DE GESTÃO DE DEMANDAS

A solicitação de novas demandas de projetos de TI deverá seguir o processo detalhado nesta seção, conforme ilustrado nas figuras a seguir, que apresentam o fluxo

principal — Fluxo de Entrada de Demandas na TI — e o fluxo de seu subprocesso analisar viabilidade técnica.

Qualquer demandante poderá encaminhar proposta de projeto de TI por meio de ferramenta eletrônica específica, divulgada no portal do TJPA (Sistema SEI).

As demandas por novos projetos serão avaliadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, sob aspectos de viabilidade técnica e orçamentária, alinhamento estratégico, sugestão de priorização, entre outros.

Ao analisar a viabilidade técnica, as equipes técnicas da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação avaliam as demandas quanto ao atendimento dos requisitos técnicos e à compatibilidade com a infraestrutura de referência do Tribunal.

Em seguida, o Comitê de Gestão de TI – CGETI, avalia a demanda e registra, em ata de reunião do Comitê, o parecer técnico, para subsidiar a deliberação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, acerca de cada demanda de projeto de TI. A deliberação favorável do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, sobre o acolhimento da demanda, culminará na publicação de nova versão do PDTIC.

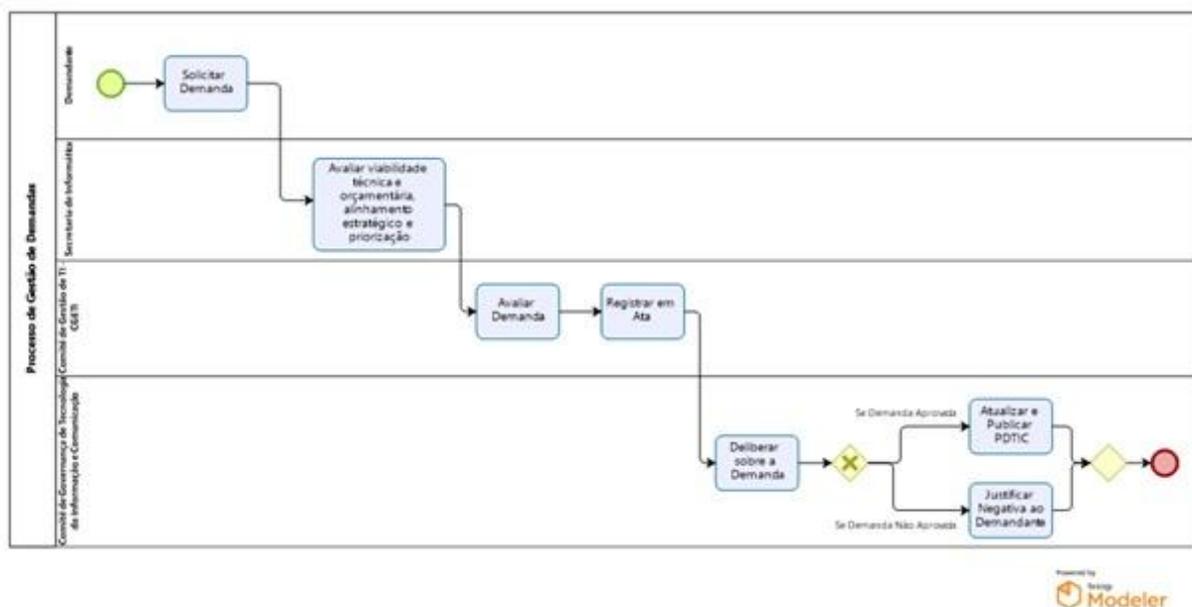


Figura 1: Processo de Gestão de Demandas no Ciclo de Vida do PDTIC

4. METODOLOGIA APLICADA

A nova versão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) foi elaborada com base na metodologia proposta no Guia de PDTIC do SISP v2.0, documento de referência do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). Esse modelo orienta a construção do plano por meio de três subprocessos principais:

Preparação, **Diagnóstico** e Planejamento, conforme ilustrado na Figura 2. Esses subprocessos estruturam de forma sistemática a elaboração do documento final, garantindo coerência, alinhamento estratégico e efetividade na gestão de TIC.

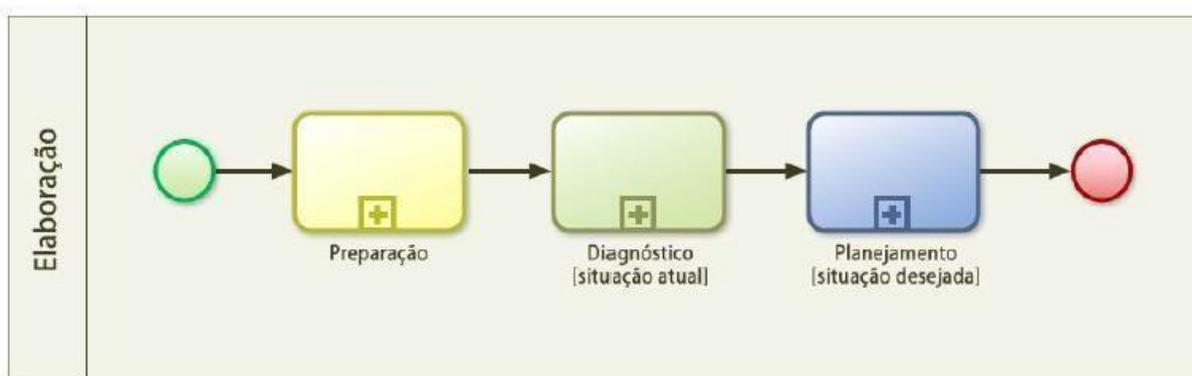


Figura 2 – Fluxo do Macroprocesso de Elaboração do PDTIC

4.1 PREPARAÇÃO

A preparação define o início dos esforços para o desenvolvimento do PDTIC, como pode ser visto na Figura 3. O marco inicial de todo o processo deve se dar com o CGD definindo a abrangência, período de vigência e equipe de elaboração. Em seguida, são definidos a metodologia a ser seguida e os documentos que servirão de referência para o desenvolvimento do PDTIC.

São subprocessos da fase de preparação:

- Definir abrangência e período do PDTIC;
- Definir a equipe de elaboração do PDTIC;
- Descrever a metodologia de elaboração;
- Consolidar documentos de referência;
- Identificar estratégias da organização;
- Identificar princípios e diretrizes;
- Elaborar o Plano de Trabalho do PDTIC – PT-PDTIC;
- Aprovar o PT-PDTIC.

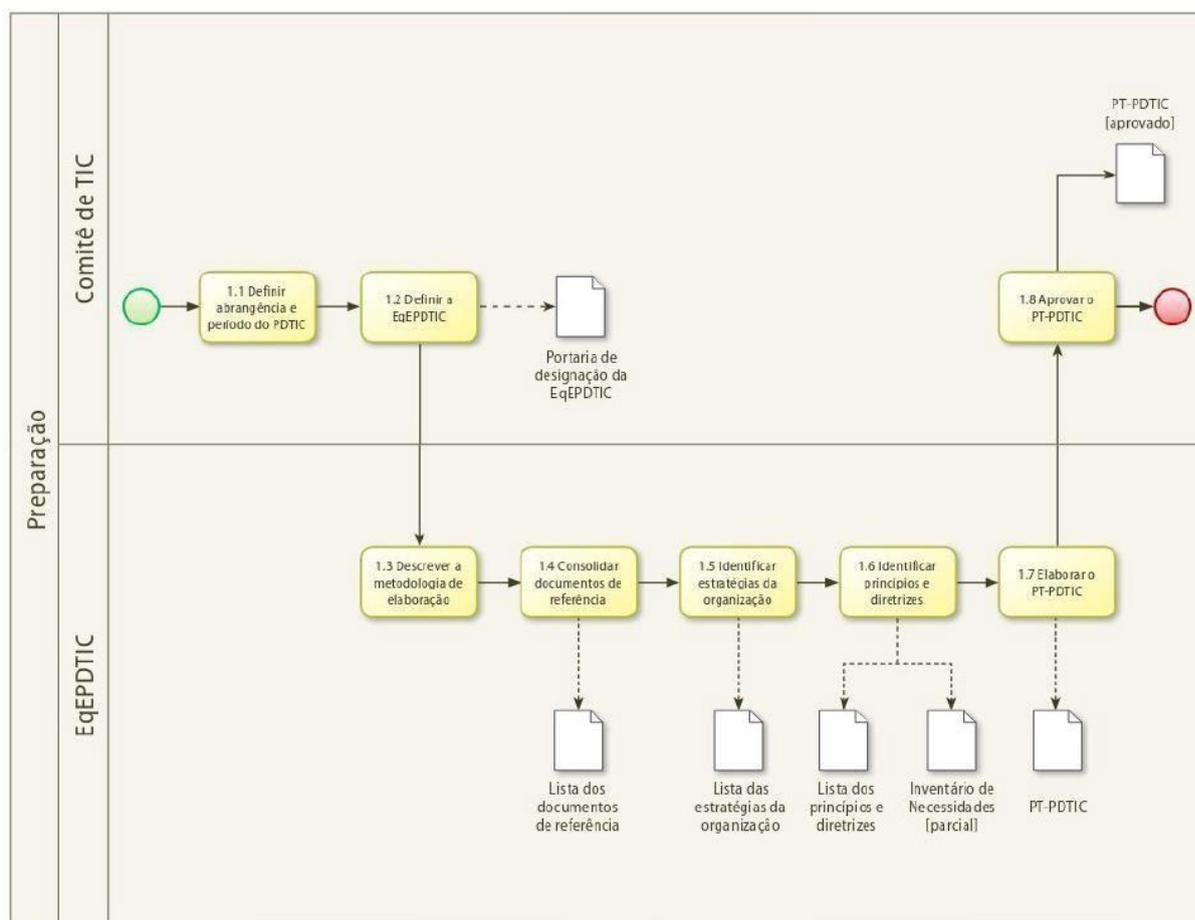


Figura 3 - Fluxo do Subprocesso de Preparação (Fonte: Guia de PDTIC do SISP v2.0)

4.2 DIAGNÓSTICO

A fase de diagnóstico, mostrado na Figura 4, se pauta na busca do entendimento a situação atual da TIC na organização e todas as necessidades ou demandas que precisam ser atendidas. Para isso, a equipe de elaboração do PDTIC realizou coleta de dados através dos Sistemas Integrados de Gestão e análise de documentos, decidindo por uma abordagem direta com as áreas de negócio da TIC e abordando os temas mais relevantes para a elaboração do documento, analisando através de métricas conhecidas (Tabelas SWOT e GUT – apresentadas no decorrer do documento) as necessidades elencadas. O final dessa fase é a consolidação e aprovação do Inventário de Necessidades.

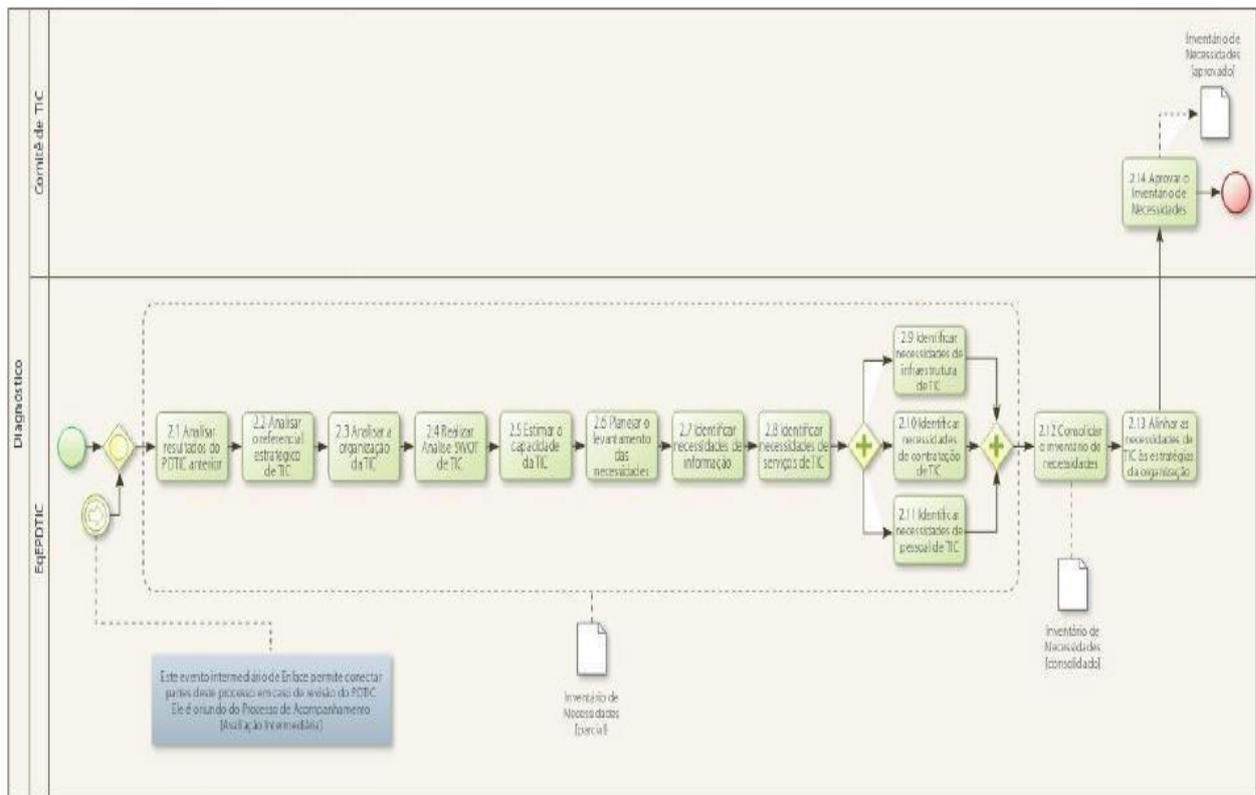


Figura 4 - Fluxo do Subprocesso de Diagnóstico (Fonte: Guia de PDTIC do SISP v2.0)

São subprocessos da fase de diagnóstico:

- Analisar resultados do PDTIC anterior;
- Analisar o referencial estratégico de TIC;
- Analisar a organização da TIC;
- Realizar Análise SWOT da TIC;
- Estimar a capacidade da execução da TIC;
- Planejar o levantamento das necessidades;
- Identificar necessidades de Informação;
- Identificar necessidades de Serviços de TIC;
- Identificar necessidades de Infraestrutura de TIC;
- Identificar necessidades de Contratação de TIC;
- Identificar necessidades de Pessoal de TIC;
- Consolidar o Inventário de Necessidades;
- Alinhar as necessidades de TIC às estratégias da organização;
- Aprovar o Inventário de Necessidades.

4.3 PLANEJAMENTO

Na última fase, tem-se a elaboração do planejamento das metas e ações. O foco dessa etapa está na no atendimento dessas necessidades, como pode ser visto na Figura 4. Estas ações envolveram aspectos de pessoal, orçamentários e riscos como: contratação de serviços, aquisição de equipamentos, recursos humanos. Esta fase culmina com a consolidação e aprovação do PDTIC.

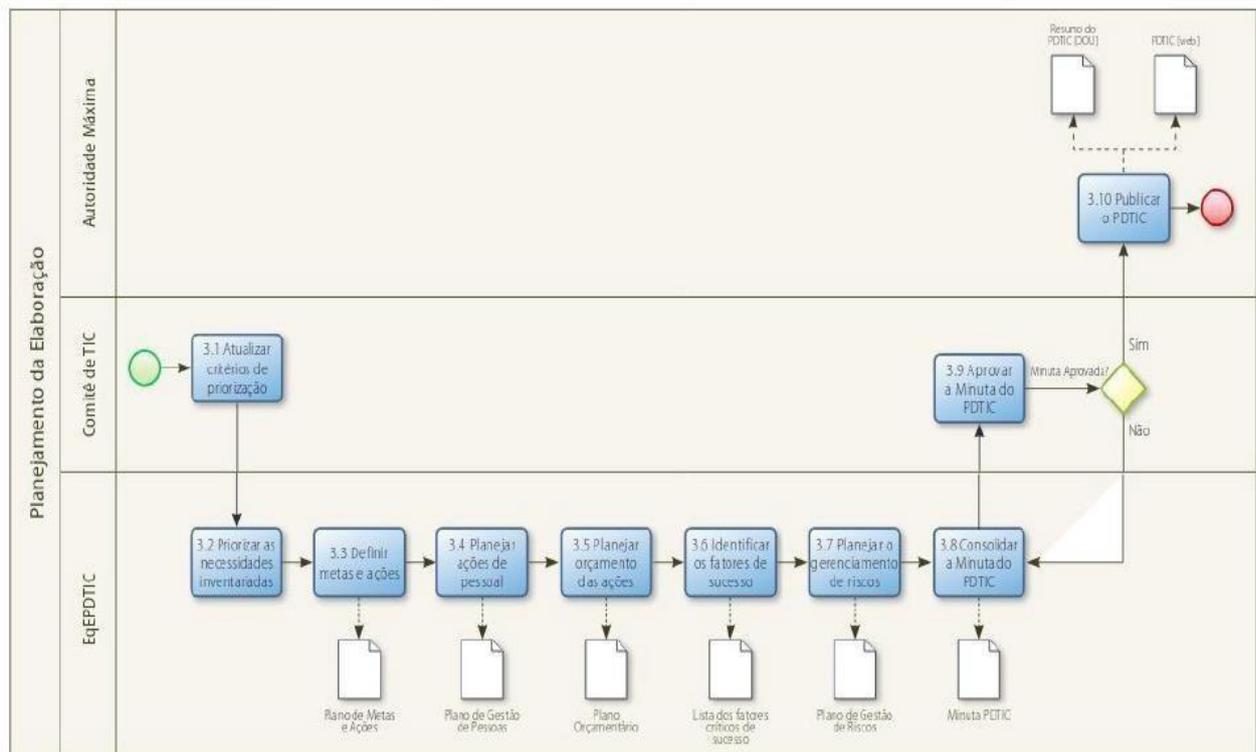


Figura 5 - Fluxo do Subprocesso de Planejamento (Fonte: Guia de PDTIC do SISP v2.0)

São subprocessos da fase de planejamento:

- Atualizar critérios de priorização;
- Priorizar as necessidades inventariadas;
- Definir metas e ações;
- Planejar ações de pessoal;
- Planejar orçamento das ações do PDTIC;
- Identificar os fatores críticos de sucesso;
- Planejar o gerenciamento de riscos;
- Consolidar a Minuta do PDTIC;
- Aprovar a Minuta do PDTIC;
- Publicar o PDTIC.



5. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Para elaboração do PDTIC usamos os seguintes documentos de referência:

Documento	Descrição
Resolução Nº468/2022 CNJ	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.
Resolução Nº396/2021 CNJ	Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário(ENSEC-PJ).
Resolução Nº335/2020 CNJ	Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br. Mantém o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça.
Portaria Nº 211/2021 CNJ	Dispõe sobre o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).
Resolução CNJ Nº 370 de 28/01/2021	Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
Plano Estratégico 2021-2026	Alinhado a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (RESOLUÇÃO CNJ Nº 325 de 29/06/2020).
Plano de Gestão do Biênio 2025-2027	Plano de Gestão elaborado para ser executado no biênio 2025 a 2027.
Lei nº 14.129/2021	Dispõe sobre o Governo Digital e a modernização da administração pública federal, estadual e municipal, promovendo a inovação e a digitalização de serviços públicos
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018	Regulamenta o tratamento de dados pessoais no Brasil, impactando diretamente a gestão e a segurança da informação nos tribunais.
Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)	Substitui a antiga Lei nº 8.666/1993 e moderniza os procedimentos licitatórios na administração pública, incluindo aspectos relacionados à aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação.
Resolução 615/2025 CNJ	Estabelece diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário.
Plano Diretor de TIC 2023-2025	Plano Diretor de TIC referente ao período de 2023 – 2025.
Plano de trabalho da SETIC para cumprimento da Resolução CNJ nº 370/2021	Plano de Trabalho da SETIC para atendimento aos critérios estabelecidos na Resolução CNJ nº 370/2021.
Modelo de Referência de PDTIC do SISP (versão 2.1)	Guia que provê informações que ajudam as organizações a alinharem os planos da TIC às estratégias da Instituição.



6. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

ID	Princípios/Diretrizes
PD01	Aprimorar o atendimento dos usuários internos e externos.
PD02	Melhoria da infraestrutura, segurança e serviços de TIC.
PD03	Aprimorar a gestão de pessoas de TIC.
PD04	Aprimorar a gestão orçamentária e de contratos de TIC.
PD05	Melhorar continuamente a prestação de serviços e a transparência de informações à sociedade.
PD06	Melhorar os índices de governança de TIC (iGovTIC - JUD).
PD07	Fortalecer e automatizar os procedimentos de segurança.

7. ORGANIZAÇÃO DE TIC

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), instituída pela Lei nº 6.850, de 02 de maio de 2006, e reestruturada pela Lei nº 10.852, de 31 de janeiro de 2025, tem como missão prover soluções tecnológicas efetivas e eficazes que viabilizem o cumprimento da função institucional do Poder Judiciário paraense.

Nesse contexto, cabe à SETIC conduzir o planejamento, a execução e o monitoramento das ações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional do TJPA. Seu compromisso é atuar com qualidade, ética e responsabilidade socioambiental, buscando o reconhecimento pela excelência dos serviços prestados.

A atuação da SETIC é patrocinada, viabilizada e acompanhada pela Presidência do TJPA, por meio do Comitê de Governança de TIC, que assegura o alinhamento estratégico e a integração com as demais Secretarias da área meio. Esse trabalho conjunto visa garantir suporte tecnológico qualificado às unidades jurisdicionais e administrativas, contribuindo diretamente para a eficiência da prestação jurisdicional.



Entretanto, ao longo da última década, observa-se a consolidação de um cenário de crescente volume e complexidade das atribuições da SETIC, decorrente do aumento da demanda por serviços e projetos de TIC, das transformações institucionais em curso nos âmbitos estadual e nacional e do enfrentamento de desafios estruturais e operacionais nas comarcas do interior.

Diante desse panorama, torna-se essencial um planejamento competente, sustentado por recursos orçamentários compatíveis e por mecanismos robustos de governança corporativa. É fundamental a priorização de projetos e programas estruturantes, que promovam a modernização institucional e viabilizem:

- Adesão às diretrizes e cadenciamento de ações com as frentes de trabalho nacionais, definidos e coordenados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- Adoção contínua de padrões e cumprimento de normas definidas nas Resoluções do CNJ, na sua maioria fortemente calcadas no uso intenso de TIC.
- Cumprimento do Planejamento Estratégico Institucional do TJPA, consolidando em todas as unidades da instituição o entendimento de que planejar é um dever político e jurídico do administrador público.
- Padronização parametrizada da distribuição de equipamentos e infraestrutura de TIC pelas unidades do Poder Judiciário, como meio imprescindível ao planejamento e administração do parque.
- Ampliação do número de postos de presença da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação nas unidades do Poder Judiciário como forma de prover suporte técnico próximo onde ele se faz necessário
- Integração e aperfeiçoamento de sistemas corporativos, buscando melhor alinhamento com as necessidades da atividade fim, provendo ferramentas automatizadas que aumentem a produtividade dos trabalhos.
- Otimização dos recursos disponíveis, por meio de melhor planejamento das contratações e da elaboração de termos de referência e contratos mais detalhados e específicos, que disponham de instrumentos de monitoramento minucioso e cláusulas ágeis e eficazes para fazer valer as exigências de qualidade, efetividade e garantia da execução de seus objetos.
- Ampliação do quadro permanente de funcionários, privilegiando o conhecimento produzido na instituição e cumprindo a Resolução 370/CNJ, bem como as anteriores que tratavam de Tecnologia.
- Alinhamento e integração com as Secretarias de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas, por meio do estabelecimento de agendas de trabalho conjuntas que proporcionem melhores resultados nos serviços prestados pela atividade meio.
- Aperfeiçoamento e capacitação de servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, visando à implantação de governança de TIC e adoção de métodos de trabalho mais modernos, que produzam resultados de melhor qualidade.
- Mapeamento, modelagem e adoção de processos de trabalho, como ferramenta de modernização do funcionamento interno da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e condição necessária para a realização de sua missão.
- Fortalecimento contínuo dos recursos de segurança da informação, requisito advindo da crescente adoção dos processos digitais.



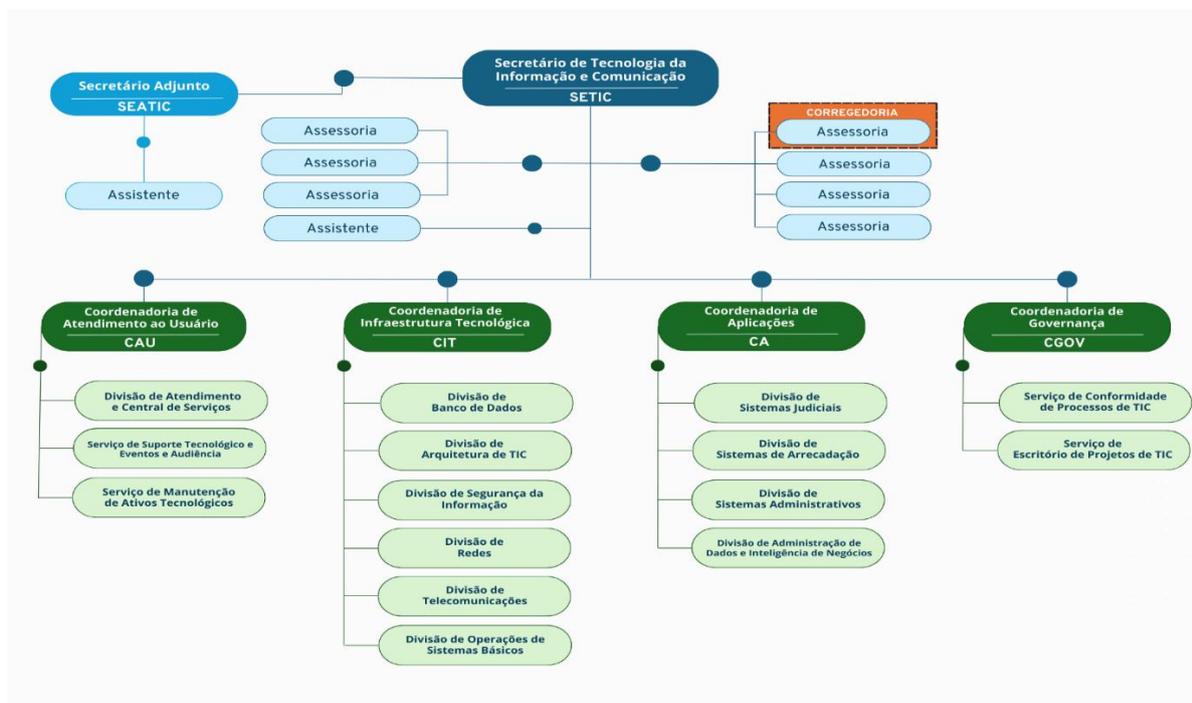
7.1 ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

A necessidade de estruturação das áreas de TIC dos tribunais de forma adequada às demandas e necessidades crescentes, bem como ao seu papel estratégico no provimento de serviços e soluções que viabilizem a prestação jurisdicional, foi incorporada ao escopo da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) estabelecida pela Resolução CNJ nº 370/2021.

De acordo com o referido normativo cada órgão deverá constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC considerando, no mínimo, os seguintes macroprocessos: Governança e Gestão de TIC, Segurança da Informação e Proteção de Dados, Desenvolvimento de Soluções e Aplicações, Infraestrutura e Serviços (Art. 21).

A ENTIC-JUD estabelece ainda que tais estruturas organizacionais deverão privilegiar a departamentalização por função e possuir níveis hierárquicos de decisão, quais sejam estratégicos ou institucionais, táticos ou gerenciais, e operacionais, a fim de garantir a plena execução dos macroprocessos.

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da SETIC de acordo com a última alteração.





7.1.1. COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA (CIT)

Tem como responsabilidade planejar, executar e administrar o serviço de infraestrutura física de redes e comunicação de dados, bem como as atribuições correlatas a área de segurança e sistemas básicos.

7.1.2. COORDENADORIA DE APLICAÇÕES (CA)

A Coordenadoria de Aplicações tem como papel coordenar, gerenciar, planejar e administrar todas as atividades relativas às suas sub-unidades, bem como os todos os sistemas e projetos em desenvolvimento.

7.1.3. COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO (CAU)

A Coordenadoria de Atendimento ao Usuário tem como papel coordenar, gerenciar, planejar e administrar todas as atividades relativas ao atendimento ao usuário e manutenção de equipamentos do Tribunal de Justiça.

7.1.4. COORDENADORIA DE GOVERNANÇA (CGOV)

Foca na gestão estratégica e planejamento de tecnologia, garantindo que as ações da SETIC estejam alinhadas aos objetivos do TJPA.

7.1.5. SECRETARIA ADJUNTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Apoia a Secretaria na coordenação e implementação das políticas tecnológicas do Tribunal.

7.2 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DE TIC

7.2.1 COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) do TJPA, de caráter estratégico, deliberativo e multidisciplinar, instituído pela Portaria 3127/2023-GP, é composto por representantes da instituição e tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TIC e à Governança Digital. Esse comitê segue as diretrizes da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD 2021-2026).

Compete ao CGTIC, conforme o artigo 7º da Resolução CNJ 370/2021 (ENTIC-JUD 2021-2026):

I – Apoiar o desenvolvimento e estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais;

II – Aprovar projetos e planos estratégicos;

III – Gerir os riscos da área de TIC;



IV – Fomentar a colaboração entre os tribunais;

V – Orientar quanto à geração de iniciativas para proporcionar investimentos tecnológicos no âmbito institucional;

VI – Estimular o desenvolvimento colaborativo, integrado e distribuído de soluções;

VII – Estimular a participação da administração do órgão em assuntos relacionados à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;

VIII – Promover ações de transparência, responsabilidade e prestação de conta, possibilitando um maior controle e acompanhamento da governança para convergência dos interesses entre Poder Judiciário e a sociedade;

IX – Definir papéis e responsabilidades das instâncias internas de governança incluindo atividades de tomada de decisão, elaboração, implementação e revisão de diretrizes, monitoramento e controle;

X – Recomendar e acompanhar a adoção de boas práticas de Governança de TIC, assim como a eficácia de seus processos, propondo atualizações e melhorias quando necessário;

XI – Estabelecer os canais e processos para interação entre a área de TIC e a administração do órgão, especialmente no que tange às questões de estratégia e governança.

7.2.2 COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI), instituído pela Portaria 2585/2023-GP, tem como objetivos: a elaboração de planos táticos e operacionais, o acompanhamento de suas respectivas execuções, a análise das demandas de TIC, o estabelecimento de indicadores operacionais e a proposição de replanejamento das ações relativas à TIC. Esse comitê segue as diretrizes da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD 2021-2026).

Compete ao CGTI, conforme o artigo 8º da Resolução CNJ 370/2021 (ENTIC-JUD 2021-2026):

I – Envolver a alta administração nas decisões estratégicas que incidem sobre os serviços de TIC;

II – Aprovar planos táticos e operacionais junto à alta administração, disseminando a importância da área de TIC nos tribunais;

III – Monitorar a execução orçamentária e financeira de TIC;

IV – Planejar, priorizar e monitorar as contratações de TIC;

V – Acompanhar o andamento das iniciativas estratégicas bem como seus desdobramentos;



VI – Apoiar na estruturação de escritório de projetos que favoreça o emprego das melhores práticas de gestão de projetos preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais;

VII – Definir a carteira de projetos e a gestão de portfólio de serviços de TIC;

VIII – Estabelecer plano de ação para iniciativas de curta duração ou escopo simplificado;

IX – Promover recomendações e a adoção de boas práticas;

X – Propor modelos e padrões referentes à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação por meio de campanhas institucionais;

XI – Promover a participação coletiva na elaboração de propostas e admissão de projetos;

XII – Analisar, organizar e estruturar o atendimento das demandas de TIC.

7.2.3 COMITÊ DE GOVERNANÇA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (CGSI-PJPA)

O Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI-PJPA) do PJES, instituído pela Portaria 847/2023-GP, visa promover a cultura de Segurança da Informação, bem como para estabelecer um Modelo de Gestão que permita a criação e a manutenção de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação apoiado por uma política de segurança, normas e procedimentos. Esse comitê segue as diretrizes da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD 2021-2026).

Compete ao CGSI-PJPA, conforme o artigo 8º da Resolução CNJ 370/2021 (ENTIC-JUD 2021-2026):

§ 1º O Comitê será responsável por aprovar e revisar periodicamente a Política de Segurança da Informação (PSI);

§ 2º Compete ao comitê acompanhar os processos de segurança da informação e os processos de proteção de dados pessoais;

§ 3º As atribuições previstas neste artigo serão desenvolvidas em todos os níveis da instituição e em harmonia com as diretrizes nacionais preconizadas pelo Conselho Nacional de Justiça.



8. RESULTADOS DO PDTIC ANTERIOR

O quadro abaixo apresenta o resultado da execução do ciclo PDTIC 2023-2025, agrupando as iniciativas correspondentes de acordo com sua situação ao final de 2025.

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Concluída	34
Andamento	1
Cancelada	3
TOTAL	38

ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PDTIC
89,50%

ORIGEM	AÇÃO	SITUAÇÃO
PLANO DE TRABALHO (SECINFO)	Implantar Escritório de Projetos	ANDAMENTO
PLANO DE TRABALHO (SECINFO)	Definir estratégia de solicitação de avaliação dos serviços de TIC	CANCELADA
PLANO DE TRABALHO (SECINFO)	Implantar Centro de Operação de Segurança (SOC)	CANCELADA
PLANO DE TRABALHO (SECINFO)	Implantar os processos referentes a LGPD	CANCELADA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Aperfeiçoar a gestão da qualidade das aplicações	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Aprimorar a divulgação de orientações e informações da área da infância e juventude direcionadas a magistradas, magistrados, servidoras e servidores das comarcas do estado do Pará (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Aprimorar a gestão estratégica e a governança corporativa do planejamento fiscal, orçamentário e financeiro (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Aprimorar a gestão financeira (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Aprimorar as ferramentas informatizadas de gestão de precedentes obrigatórios (Ação externa)	CONCLUÍDA



PLANO DE TRABALHO (SECINFO)	Atualizar e expandir a estrutura de rede sem fio	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Automatizar a Gerência de Configuração nos Ativos de Infraestrutura de TIC	CONCLUÍDA
PLANO DE TRABALHO (SECINFO)	Capacitar analistas na nova lei de licitação	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Desenvolver e implantar solução para gestão integral de precatórios, integrado ao PJE, desde a sua expedição até o efetivo pagamento (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Estruturar o monitoramento da segurança de informação	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Fortalecer a gestão e execução dos instrumentos de planejamento orçamento e finanças (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar a automação do atendimento dos serviços de TIC	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar mecanismos de Inteligência Artificial nas aplicações judiciais	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar o Domicílio Eletrônico no âmbito do PJPA	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar o Mandamus no âmbito do PJPA	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar o PJe Docs no âmbito do PJPA	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar processos de Gerenciamento de TIC	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar Programa de Identificação Civil por meio de biometria nas Audiências de Custódia (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar serviço de VOIP	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar solução de infraestrutura em nuvem	CONCLUÍDA



PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar Soluções de Inteligência Artificial (IA) no PJPA (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar técnicas de mineração de texto para auxiliar os processos de levantamento de informações nos dados não estruturados produzidos nos sistemas do TJPA	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implementar o processo de Segurança de informação	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implementar o Programa de Avaliação da Maturidade de Gestão Fiscal (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Integrar os Sistemas GEMEC e PJe (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Modernizar a Gestão de Investimentos do Poder Judiciário do Pará (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Modernizar a gestão tecnológica da arrecadação (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Promover Ações Visando o Incremento da Produtividade no Processo Judicial Eletrônico (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Promover o aprimoramento da estatística de atendimento dos CEJUSCs e implantação do Painel de Gestão de CEJUSCs (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Reestruturar e Atualizar os Circuitos de Dados das unidades judiciárias	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Revisar e implantar novos fluxos para a execução fiscal no processo judicial eletrônico (Ação externa)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Implantar sistema de inteligência artificial para agrupamento de processos similares no âmbito da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais - CREE, baseado no sistema ???Athos??? do Superior Tribunal de Justiça - STJ	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Integrar o TJPA aos Tribunais Superiores por meio da adesão ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	CONCLUÍDA
PLANO DE GESTÃO 2023 - 2025	Elaborar projeto para implantação de sistema de triagem processual no âmbito da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	CONCLUÍDA



9. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC

A definição da missão da unidade objeto de planejamento é um dos primeiros passos na elaboração de planos estratégicos com o PDTIC. Isso evidencia a necessidade de tornar explícita a contribuição dessa unidade para uma missão maior que é a da Instituição à qual a área de TIC pertence, deixando transparente a sua área de atuação e as devidas competências. A missão da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação é:

*Desenvolver, implementar e aprimorar **soluções tecnológicas inovadoras**, garantindo um TJPA mais eficiente, acessível e digital.*

A visão de futuro da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação é:

*Ser referência nacional na **transformação digital do Poder Judiciário**, promovendo inovação, eficiência e segurança na prestação jurisdicional.*

Os valores são as ideias fundamentais em torno das quais se constrói a organização. Representa as convicções, as crenças e tudo aquilo em que a maioria das pessoas da organização acredita. Elas direcionam as ações dos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e contribuem para a unidade e a coerência do trabalho.

- **Inovação** – Tecnologia como pilar da modernização da Justiça.
- **Eficiência** – Processos otimizados para melhorar a prestação jurisdicional.
- **Segurança** – Proteção contínua dos dados e serviços digitais do TJPA.
- **Transparência** – Clareza e acesso à informação sobre os serviços tecnológicos.
- **Acessibilidade** – Ferramentas intuitivas e eficazes para servidores e cidadãos.

9.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os principais norteadores estratégicos considerados no desenvolvimento dos planos de ações, planos de contratações e plano de capacitações são os objetivos definidos abaixo:



9.1.1 ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO (ENTIC-JUD)

ID	Objetivo	Perspectiva BSC
OEEJ01	Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário	Sociedade
OEEJ02	Promover Transformação Digital	
OEEJ03	Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	Aprendizado e Crescimento
OEEJ04	Buscar a Inovação de Forma Colaborativa	
OEEJ05	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	Processos Internos
OEEJ06	Aprimorar as Aquisições e Contratações	
OEEJ07	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	
OEEJ08	Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativa	

9.1.2 ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA DO PODER JUDICIÁRIO (ENSEC-PJ)

ID	Objetivo
OEENS01	Tornar o Judiciário mais seguro e inclusivo no ambiente digital
OEENS02	Aumentar a resiliência às ameaças cibernéticas
OEENS03	Estabelecer governança de segurança cibernética e fortalecer a gestão e coordenação integrada de ações de segurança cibernética nos órgãos do Poder Judiciário
OEENS04	Permitir a manutenção e a continuidade dos serviços, ou o seu reestabelecimento em menor tempo possível.



9.1.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJPA

ID	Objetivo	Macrodesafio
OEPE01	Fortalecer as Ações Destinadas ao Enfrentamento da Judicialização da Saúde	GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
OEPE02	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	FORTELECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS
OEPE03	Estabelecer padrões para incrementar a Produtividade no Processo Judicial Eletrônico	AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
OEPE04	Aprimorar Ferramentas para Facilitar a Identificação e Gestão dos Precedentes Obrigatórios Visando Garantir a sua Consolidação	CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS
OEPE05	Fortalecer a Gestão do 1º Grau de Jurisdição	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

9.2 ANÁLISE SWOT DA TIC

A matriz SWOT apresenta o posicionamento estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a identificação dos pontos fortes e fracos, relacionados ao ambiente interno, e das oportunidades e ameaças, relacionadas ao ambiente externo.

9.3 ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA

O PDTIC é um instrumento utilizado para nortear a gestão das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Pará, justificando os investimentos nessa área, minimizando desperdício de recursos, garantindo o controle e promovendo um uso cada vez mais racional dos recursos, de forma a otimizar os gastos com TIC. Sendo assim, faz-se necessário que este documento esteja alinhado com os interesses, objetivos e estratégias definidos pela alta administração da instituição.



	Ambiente Interno	Ambiente Externo	
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">• Comprometimento e responsabilidade.• Capacidade de trabalho coletivo.• Qualificação do quadro de pessoal.• Existência de um sistema integrado de gestão.• Ambiente de trabalho harmônico.• Possibilidade do uso de trabalho remoto.	<ul style="list-style-type: none">• Transferência de tecnologia com outros tribunais.• Melhoria dos índices de governança.• Utilização de terceirização de serviços.• Apoio da alta gestão.• Maior visibilidade das ações da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.• Maior utilização de recursos tecnológicos.• Plano de Transformação Digital.	Oportunidades
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none">• Processos de trabalho ainda não formalizados e nem definidos• Processo de capacitação de servidores.• Insuficiência de recursos humanos em relação ademandas, ocasionando trabalho sob pressão	<ul style="list-style-type: none">• Restrições orçamentárias• Dificuldade de ampliação do quadro de TIC• Rotatividade de técnicos de TI pela concorrência com o mercado• Mudanças de regras vindas de diversos órgãos• Interrupção de contratos de serviços de mão de obra de TI	Ameaças

Foram utilizados documentos publicados por este Poder Judiciário, dentre eles o Plano de Gestão do Biênio 2025-2027 em sua última versão, o PDTIC 2023-2025 e a última versão deste documento, o plano institucional. Estes documentos garantem que os objetivos da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação geraram metas e ações que visem o atendimento dos interesses da instituição.



Documento	Descrição	Disponível em
Plano de Gestão do Biênio 2025-2027	Plano de Gestão elaborado para ser executado no biênio 2025 a 2027	https://www.tjpa.ius.br/PortalExterno/hotsite/planejamento-estrategico/instrumentos.xhtml?idPagina=1397292
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação- (PDTIC) 2023-2025	Plano Diretor de TIC	https://www.tjpa.ius.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=2075619
Plano Estratégico Institucional (PEI)	Plano Estratégico 2021-2026	https://www.tjpa.ius.br/PortalExterno/hotsite/planejamento-estrategico/instrumentos.xhtml?idPagina=669281

10. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

A partir dos documentos de referência, juntamente com a análise SWOT e o estudo do posicionamento de TIC em relação ao planejamento estratégico da instituição, foi feito o levantamento das necessidades relativas ao PDTIC 2025-2026. A seguir, são apresentados a metodologia para definição do critério de priorização de tratamento das necessidades e o inventário de necessidades, documento de saída da etapa de Diagnóstico, prevista pelo SISP.

10.1 CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

Com a finalidade de definir a priorização das necessidades, foi utilizada a matriz GUT, que associa pesos para os fatores gravidade, urgência e tendência relacionados às necessidades levantadas.



A gravidade, ou impacto, está relacionada à magnitude que o problema pode vir a causar caso não seja solucionado. A urgência é avaliada em relação ao tempo disponível/necessário para a resolução do problema (ou quanto tempo o problema pode esperar para ser resolvido). Por fim, a tendência se relaciona às previsões futuras de impacto do problema caso ele não venha a ser resolvido imediatamente, representando o potencial do problema se tornar maior ao longo do tempo. Cada um dos índices varia de acordo com os critérios listados abaixo:

Valor	Gravidade	Urgência	Tendência
1	Sem gravidade	Pode esperar	Não irá mudar
2	Pouco grave	Pouco urgente	Irá piorar em longo prazo
3	Grave	Urgente	Irá piorar
4	Muito grave	Muito urgente	Irá piorar em pouco tempo
5	Extremamente grave	Necessita ação imediata	Irá piorar rapidamente

Após cada necessidade ser avaliada com base nos critérios definidos acima, os valores de cada índice são multiplicados e o resultado é utilizado como parâmetro para a ordenação prioritária das necessidades.

10.2 NECESSIDADES IDENTIFICADAS

A seguir temos a tabela com todas as necessidades identificadas:



ID	Tipo	Descrição	Origem	Gravidade	Urgência	Tendência	Total
N01	Serviços de TIC	Implementar o Núcleo 4.0 de Direito de Saúde.	Plano de Gestão	3	3	4	36
N02	Serviços de TIC	Aprimorar estratégias para incremento de produtividade.	Plano de Gestão	3	5	4	60
N03	Serviços de TIC	Adotar e expandir instrumentos de tecnologia da informação e inteligência artificial na gestão de precedentes qualificados, recursos excepcionais e demandas repetitivas.	Plano de Gestão	4	3	3	36
N04	Serviços de TIC	Reestruturar as Unidades de Processamento Judicial do PJP com a criação da Central Integrada de Processamento Judicial Eletrônico-CIPREJ.	Plano de Gestão	2	2	4	16
N05	Serviços de TIC	Implantar Solução de Assistente de Inteligência Artificial para Minutas.	Plano de Gestão	2	2	4	16
N06	Serviços de TIC	Implantar o Sistema Eletrônico de Informações – SEI.	Plano de Gestão	5	5	4	100
N07	Serviços de TIC	Implantar Programa de Automação Robótica de Processos para o PJe e SEEU.	Plano de Gestão	4	3	3	36
N08	Pessoas	Monitorar a Satisfação dos Usuários de TIC	ENTIC-JUD	2	2	2	8
N09	Serviços de TIC	Promover Transformação Digital	ENTIC-JUD	3	4	5	60
N10	Pessoas	Desenvolver as competências dos servidores da área de TIC	ENTIC-JUD	2	2	2	8
N11	Pessoas	Reconhecer e valorizar os servidores da área de TIC	ENTIC-JUD	2	2	3	12
N12	Governança	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	ENTIC-JUD	2	3	4	24
N13	Contratação	Aperfeiçoar as Aquisições e Contratações	ENTIC-JUD	2	3	3	18
N14	Serviços de TIC	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	ENTIC-JUD	3	5	4	60
N15	Infraestrutura	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativa às demandas de TIC.	ENTIC-JUD	3	5	4	60
N16	Serviços de TIC	Aprimorar o nível de maturidade em segurança cibernética	ENSEC-PJ	5	4	4	80
N17	Serviços de TIC	Aprimorar a manutenção e a continuidade dos serviços, reduzindo seu tempo de reestabelecimento	ENSEC-PJ	5	4	4	80



11. PLANO DE AÇÕES

Origem	ID Nec.	Necessidade	Ação	Área	Término Previsto	Objetivo relacionado
Plano de Gestão	N01	Implementar o Núcleo 4.0 de Direito de Saúde	Realizar estudo preliminar sobre o volume e a natureza das demandas de saúde, com análise da litigiosidade e gargalos existentes	CA	31/05/2026	OEPE01- Fortalecer as Ações Destinadas ao Enfrentamento da Judicialização da Saúde
Plano de Gestão	N02	Aprimorar estratégias para incremento de produtividade	Apoiar a elaboração do diagnóstico prévio, elaboração dos planos de ação personalizados por unidade, implementar soluções tecnológicas e monitoramento contínuo por meio de indicadores de desempenho.	CA	30/10/2026	OEPE03-Estabelecer padrões para incrementar a Produtividade no Processo Judicial Eletrônico
Plano de Gestão	N02	Aprimorar estratégias para incremento de produtividade	Aumentar capacidade dos links de internet para 05 Gbps com duplicidade dos enlaces.	CIT	01/12/2025	OEPE03-Estabelecer padrões para incrementar a Produtividade no Processo Judicial Eletrônico
Plano de Trabalho	N03	Adotar e expandir instrumentos de tecnologia da informação e inteligência artificial na gestão de precedentes qualificados, recursos excepcionais e demandas repetitivas	Ampliar capacidade de desempenho de tarefas gráficas e computacionais do TJPA.	CIT	10/06/2026	OEPE04-Aprimorar Ferramentas para Facilitar a Identificação e Gestão dos Precedentes Obrigatórios Visando Garantir a sua Consolidação
Plano de Gestão	N03	Adotar e expandir instrumentos de tecnologia da informação e inteligência artificial na gestão de precedentes qualificados, recursos excepcionais e demandas repetitivas	Implementar ações voltadas à modernização tecnológica e à gestão de precedentes, com destaque para a ampliação do uso de inteligência artificial, integração com tribunais superiores via MNI, aprimoramento de painéis e sistemas do PJe, além do saneamento e qualificação de dados para otimizar a triagem processual e a admissibilidade de recursos excepcionais.	CA	30/10/2026	OEPE04-Aprimorar Ferramentas para Facilitar a Identificação e Gestão dos Precedentes Obrigatórios Visando Garantir a sua Consolidação
Plano de Trabalho	N04	Reestruturar as Unidades de Processamento Judicial do PJPA com a criação da Central Integrada de Processamento Judicial Eletrônico- CIPREJ	Contratar unidades de armazenamento (storage) para aprimoramento do CIPREJ.	CIT	10/08/2026	OEPE05-Fortalecer a Gestão do 1º Grau de Jurisdição
Plano de Trabalho	N05	Implantar Solução de Assistente de Inteligência Artificial para Minutas	Contratar infraestrutura dedicada para desenvolvimento de aplicações com inteligência artificial, incluindo equipamentos, software, serviços e garantia.	CIT	30/10/2026	OEPE05-Fortalecer a Gestão do 1º Grau de Jurisdição
Plano de Gestão	N05	Implantar Solução de Assistente de Inteligência Artificial para Minutas	Implantar solução de assistente de inteligência artificial generativa integrada ao sistema PJe.	CA	02/02/2026	OEPE02-Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC
Plano de Trabalho	N06	Implantar o Sistema Eletrônico de Informações – SEI	Migração para ambiente de microsserviços com suporte otimizado.	CIT	30/12/2025	OEPE02-Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC



Plano de Gestão	N06	Implantar o Sistema Eletrônico de Informações – SEI	Adotar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como plataforma oficial de gestão documental e de processos administrativos.	CA	19/12/2025	OEPE02-Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC
Plano de Gestão	N07	Implantar Programa de Automação Robótica de Processos para o PJe e SEEU	Desenvolver programa de automação robótica de processos (RPA) voltado à execução de tarefas repetitivas e operacionais nos sistemas PJe e SEEU.	CA	30/09/2026	OEPE02-Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC
Plano de Trabalho	N08	Monitorar a Satisfação dos Usuários de TIC	Pesquisar e analisar a satisfação dos usuários de TIC.	CAU	01/12/2025	OEEJ01-Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário
Plano de Trabalho	N09	Promover Transformação Digital	Aprimoramento dos Serviços de Atendimento ao Jurisdicionado (canais, etc).	CAU	31/10/2026	OEEJ02-Promover Transformação Digital
Plano de Trabalho	N09	Promover Transformação Digital	Realizar Convênio do DEPEN.	CAU	31/10/2025	OEEJ03-Promover Transformação Digital
Plano de Trabalho	N10	Desenvolver as competências dos servidores da área de TIC	Capacitar equipe em processos de Contratações de TIC	GABIN	01/12/2026	OEEJ03-Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Plano de Trabalho	N10	Desenvolver as competências dos servidores da área de TIC	Capacitar equipe em processos e ferramentas de segurança da informação	CIT CGOV CA CAU	01/12/2026	OEEJ03-Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Plano de Trabalho	N10	Desenvolver as competências dos servidores da área de TIC	Capacitar equipe no desenvolvimento de Fluxos do PJe	CA	01/12/2026	OEEJ03-Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Plano de Trabalho	N10	Desenvolver as competências dos servidores da área de TIC	Capacitar equipe no desenvolvimento com IA	CA	01/12/2026	OEEJ03-Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Plano de Trabalho	N10	Desenvolver as competências dos servidores da área de TIC	Capacitar a equipe em técnicas de desenvolvimento para acessibilidade	CA	01/12/2025	OEEJ03-Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Plano de Trabalho	N10	Desenvolver as competências dos servidores da área de TIC	Capacitar a equipe em técnicas de desenvolvimento de vídeos	CAU	01/12/2026	OEEJ03-Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Plano de Trabalho	N10	Desenvolver as competências dos servidores da área de TIC	Capacitar equipe em processos de Governança de TIC e modelos de Governança existentes no mercado	CGOV CAU CIT	01/12/2026	OEEJ03-Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Plano de Trabalho	N10	Desenvolver as competências dos servidores da área de TIC	Capacitar a equipe em técnicas e ferramentas de manipulação e análise de dados	CA CIT	01/12/2026	OEEJ03-Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Plano de Trabalho	N10	Desenvolver as competências dos servidores da área de TIC	Capacitar equipe em Administração de Sistemas Básicos e Operacionais	CIT CAU	01/12/2025	OEEJ03-Reconhecer e Desenvolver as



						Competências dos Colaboradores
Plano de Trabalho	N11	Reconhecer e valorizar os servidores da área de TIC	Implantar gratificação específica para servidores de TIC.	SETIC	01/12/2026	OEEJ03-Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Plano de Trabalho	N12	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Aprimorar Serviços de Sustentação de Imagem Padrão.	CAU	01/12/2025	OEEJ05-Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Plano de Trabalho	N12	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Aprimorar Operação de Eventos e Soluções Audiovisuais com Logística e Locação de Equipamentos.	CAU	31/01/2027	OEEJ05-Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Plano de Trabalho	N12	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Revisar Planos Estratégicos de TIC (ENTIC).	CGOV	01/09/2025	OEEJ05-Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Plano de Trabalho	N12	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Aprimorar monitoramento da execução dos Planos Estratégicos de TIC (ENTIC).	CGOV	01/12/2025	OEEJ05-Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Plano de Trabalho	N12	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Revisar Processos de gestão de TI.	CGOV	01/12/2025	OEEJ05-Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Plano de Trabalho	N12	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Aprimorar monitoramento da execução de processos de gestão de TI.	CGOV	01/12/2025	OEEJ05-Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Plano de Trabalho	N12	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Implantar Escritório de Projetos.	CGOV	01/12/2025	OEEJ05-Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Plano de Trabalho	N12	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Monitorar execução de Projetos.	CGOV	01/04/2026	OEEJ05-Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Plano de Trabalho	N12	Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	Capacitar equipe em processos de Governança de TIC e modelos de Governança existentes no mercado.	CGOV CAU CIT	01/12/2026	OEEJ05 Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Plano de Trabalho	N13	Aprimorar as Aquisições e Contratações	Adquirir ferramenta para Gestão e fiscalização de contratos.	CGOV	01/08/2026	OEEJ06-Aprimorar as Aquisições e Contratações
Plano de Trabalho	N14	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Contratar solução de gerenciamento de acessos privilegiados (PAM) e gestão de identidades, incluindo suporte operacional.	CIT	30/10/2026	OEEJ07-Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
Plano de Trabalho	N14	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Contratar solução de WAF - Web Application Firewall combinado com solução de balanceamento de carga para aplicações web.	CIT	30/12/2025	OEEJ07-Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
Plano de Trabalho	N14	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Contratar serviço de gestão e correlação de eventos de segurança para resposta a incidentes de Segurança da Informação.	CIT	30/10/2026	OEEJ07-Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
Plano de Trabalho	N14	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Contratar serviço de identificação e gerenciamento de vulnerabilidades, incluindo acompanhamento operacional.	CIT	30/11/2026	OEEJ07-Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
Plano de Trabalho	N14	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Ampliar soluções de proteção, conectividade e resiliência de dados em todas as unidades judiciárias por meio das redes definidas por software.	CIT	30/12/2025	OEEJ07-Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados



Plano de Trabalho	N14	Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	Atualizar e modernizar a solução de segurança de perímetro no ambiente de datacenter do Poder Judiciário do Estado do Pará.	CIT	30/12/2025	OEEJ07-Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Contratar ferramentas para confecção de material instrucional.	CAU	01/12/2025	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Manter o parque tecnológico atualizado alterando de propriedade para assinatura.	CAU	01/07/2027	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Contratar ferramenta Oracle Data Integrator (ODI) com o intuito de viabilizar a integração, transformação e movimentação de dados entre sistemas distintos.	CA	01/12/2026	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Aumentar capacidade de processamento de dados para os ambientes de Datacenter	CIT	30/06/2026	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Contratar créditos para estruturação de DataCenter com arquitetura de nuvem híbrida.	CIT	01/12/2026	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Ampliar e atualizar infraestrutura de redes sem fio.	CIT	30/12/2025	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Contratar solução de gerenciamento lógico para sustentação do parque tecnológico virtualizado.	CIT	30/06/2025	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Ampliar capacidade dos circuitos genéricos de internet, incluindo implantação, configuração e suporte técnico para atendimento das unidades judiciárias.	CIT	30/03/2026	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Contratar expansão de solução de conectividade para as redes de armazenamento.	CIT	30/06/2026	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Contratar de empresa especializada em serviços de Telefonia Móvel Pessoal, com fornecimento de <i>smartphones e modems</i> .	CIT	30/12/2025	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Contratar solução para reestruturação e atualização da infraestrutura de armazenamento e gerenciamento de arquivos institucionais.	CIT	30/07/2026	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas



Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Contratar link dedicado adicional de dados objetivando expandir e otimizar a capacidade da infraestrutura de redes de comunicação do TJPA.	CIT	01/12/2025	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Contratar serviços terceirizados especializados para apoio às atividades de desenvolvimento específicas do PJE.	CA	01/12/2025	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N15	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas às demandas de TIC	Contratar serviços terceirizados especializados para apoio às atividades de desenvolvimento de software.	CA	01/12/2025	OEEJ08- Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Plano de Trabalho	N16	Aprimorar o nível de maturidade em segurança cibernética	Revisar Protocolos e Manuais (Portaria nº 162/2021, CNJ).	CIT	01/11/2025	OEENS03-Estabelecer governança de segurança cibernética e fortalecer a gestão e coordenação integrada de ações de segurança cibernética nos órgãos do Poder Judiciário
Plano de Gestão	N17	Aprimorar a manutenção e a continuidade dos serviços, reduzindo seu tempo de reestabelecimento	Revisar e aprimorar Plano de Continuidade de Negócios	CGOV	01/09/2025	OEENS04-Permitir a manutenção e a continuidade dos serviços, ou o seu reestabelecimento em menor tempo possível

O plano de ações proposto para o biênio 2025-2027 mapeia as ações para atendimento das necessidades elencadas neste plano e será acompanhado através de uma ferramenta informatizada implantada na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, onde os responsáveis, situações e prazos das ações serão acompanhados.